

O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS À UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Carolina Rodrigues Reis da Silva¹

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos²

RESUMO

O presente artigo, sob a ótica da Gestão Pública e Políticas Públicas, analisa o impacto das políticas de cotas raciais na ampliação do acesso de estudantes negros à Universidade de Brasília (UnB). Pioneira na adoção de ações afirmativas, a UnB serve como estudo de caso para investigar como a gestão universitária atuou na implementação e consolidação dessas políticas, resultando na transformação do perfil discente da instituição. A metodologia se baseia em uma revisão bibliográfica e análise documental de dados públicos sobre o ingresso de estudantes na UnB. Os resultados apontam para a importância da gestão estratégica na efetivação das cotas como um instrumento para a promoção da equidade racial no acesso ao ensino superior, destacando o sucesso da política em aumentar a representatividade negra na universidade.

Palavras-chave: gestão pública; políticas de cotas; equidade racial; Universidade de Brasília (UnB).

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da igualdade como um pilar da sociedade brasileira. No entanto, a superação das desigualdades históricas exige mais do que a isonomia formal, especialmente em um país cuja estrutura social foi forjada por um longo passado escravocrata. Conforme analisa a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019), o racismo se tornou um elemento estruturante das relações sociais no Brasil, criando hierarquias e barreiras que se perpetuam ao longo do tempo. Uma das manifestações mais evidentes dessa herança é o alijamento sistemático da população negra de espaços de poder e prestígio, notadamente o ensino superior. Foi como resposta a essa dívida histórica que, no início do século XXI, o Brasil começou a debater e a implementar políticas de ação afirmativa, conhecidas como cotas, visando promover a equidade racial no acesso à educação.

Muito antes da sanção da Lei de Cotas em âmbito nacional (Lei nº 12.711/2012), a Universidade de Brasília (UnB) posicionou-se na vanguarda desse movimento. Em 6 de junho de

¹ Graduada em pedagogia, aluna do curso Especialização em Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas, do Instituto Federal de Brasília - Campus Brasília, professora pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

² Doutora em Ciência da Informação, professora no Instituto Federal de Brasília - Campus Brasília. Orientadora do trabalho de conclusão de curso Especialização em Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas.

2003, seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou um plano pioneiro que reservava 20% das vagas para candidatos negros, com implementação a partir do vestibular de 2004. A urgência de tal medida é traduzida pelos números da própria instituição: no período imediatamente anterior à política, em 2003, os estudantes negros representavam apenas cerca de 2% a 4% do corpo discente. Este cenário de sub-representação evidenciava uma universidade que não refletia a diversidade da sociedade brasileira.

A implementação das cotas raciais provocou uma transformação profunda e acelerada no perfil demográfico da UnB. Em pouco mais de 15 anos, o cenário mudou drasticamente. Dados de 2020 já apontavam que a universidade se aproximava de um marco histórico, com quase metade de seus estudantes sendo negros (Garonce; Cruz, 2020). Pouco depois, em 2023, a instituição finalmente ultrapassou a marca dos 50%. Diante de tal impacto, surge a questão central deste trabalho: como a gestão universitária da UnB atuou para planejar, implementar e consolidar uma política de ação afirmativa que se tornou referência nacional, garantindo uma ampliação tão significativa do acesso para estudantes negros?

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto das políticas de cotas raciais na ampliação do acesso de estudantes negros à Universidade de Brasília, com foco no papel estratégico da gestão universitária nesse processo. Por meio de uma metodologia baseada em revisão bibliográfica e análise documental de dados públicos e relatórios institucionais, abrangendo o período de 2003 a 2023, busca-se compreender os mecanismos que tornaram a UnB um caso de sucesso na promoção da equidade racial no ensino superior.

2. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: DO PROJETO DE DARCY RIBEIRO À GESTÃO CONTEMPORÂNEA

Para entender a fundo o impacto das cotas na UnB, este capítulo foi organizado em três partes. Primeiro, vamos fazer uma breve viagem pela história da Universidade de Brasília, revisitando as ideias de seu fundador, Darcy Ribeiro, para mostrar por que a UnB sempre teve essa vocação para ser pioneira. Em seguida, vamos mergulhar nos conceitos que justificam as cotas, como ação afirmativa e equidade. Por último, vamos conectar a história da UnB com o que está acontecendo no resto do Brasil, mostrando como a decisão da universidade foi um passo fundamental no debate nacional sobre o tema.

2.1. Breve Histórico da Universidade de Brasília: O Resgate da "Universidade Necessária"

Fundada em 1962, em meio à efervescência da construção da nova capital, a Universidade de Brasília (UnB) nasceu com a vocação para a utopia e a transformação. Seu principal idealizador, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro, não vislumbrava apenas mais uma instituição de ensino, mas sim a "Universidade Necessária": um projeto radicalmente novo, pensado para romper com a tradição de uma universidade que apenas reproduzia as elites do país. Em sua obra *A Universidade Necessária*, Darcy defendia uma instituição autônoma, crítica e inventiva, cuja missão central seria a de compreender o Brasil para transformá-lo (Ribeiro, 1969).

Ao longo de sua história, a UnB buscou honrar essa identidade, posicionando-se na vanguarda de importantes debates nacionais. No entanto, ao chegar ao final do século XX, a instituição se confrontou com uma profunda contradição, que ecoava as críticas do próprio Darcy Ribeiro ao sistema educacional brasileiro. O fundador da UnB denunciava um sistema que funcionava como uma "máquina" de perpetuar privilégios, e a realidade demográfica da universidade refletia exatamente isso: apesar de seu discurso inovador, seu corpo discente era majoritariamente branco e de elite, espelhando e reforçando a exclusão racial da sociedade.

Foi nesse contexto de autocrítica que a implementação das cotas raciais, em 2003, emergiu não como um ato estranho à sua história, mas como um resgate do projeto original de Darcy Ribeiro. A decisão de intervir ativamente para alterar seu perfil discente foi a materialização da "Universidade Necessária" em ação. Ao abrir suas portas para a população negra, a UnB se recusou a continuar sendo um mero reflexo das desigualdades do país e assumiu seu papel de agente transformador. A política de cotas, portanto, pode ser compreendida como o passo mais coerente com o sonho de seu fundador: o de uma universidade que ousa inventar o futuro e que tem a coragem de trabalhar ativamente pela construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

2.2. Ação Afirmativa, Equidade e o Combate ao Racismo Estrutural

A análise de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial no Brasil exige a compreensão de conceitos fundamentais que as justifiquem. As políticas de cotas inserem-se no escopo mais amplo das ações afirmativas, definidas como um conjunto de medidas, temporárias e focais que o Estado ou entidades privadas implementam para corrigir as desigualdades históricas e garantir a representação de grupos socialmente marginalizados. Conforme defendeu o Ministro Joaquim Barbosa, em seu voto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, as ações afirmativas são um instrumento legítimo e necessário para que o Estado cumpra seu dever constitucional de construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

A legitimidade de tais políticas reside na distinção crucial entre igualdade formal e equidade (ou igualdade material). Este é um debate clássico no campo do direito, aprofundado por filósofos como Norberto Bobbio (1997), mas que ganha contornos práticos e urgentes no debate racial brasileiro através de intelectuais como Djamilia Ribeiro (2019). Conforme essa perspectiva, enquanto a igualdade formal se limita a garantir que a lei seja aplicada de forma idêntica a todos, a equidade reconhece que, em uma sociedade marcada por assimetrias estruturais como o racismo, a aplicação de uma regra única a indivíduos com pontos de partida distintos perpetua a injustiça. A equidade, portanto, pressupõe "tratar os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades", a fim de se alcançar a verdadeira igualdade de oportunidades. Nesse sentido, as cotas raciais não configuram um privilégio, mas sim um mecanismo de reparação e justiça social, como argumenta o antropólogo Kabengele Munanga (2023), que as vê como um passo indispensável para a construção de uma democracia que reflita a diversidade de sua população em todas as esferas de poder.

Adicionalmente, o debate sobre ações afirmativas desafia a noção simplista de meritocracia. Conforme argumenta Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural – o conjunto de práticas institucionais, históricas e culturais que sistematicamente privilegiam um grupo racial em detrimento de outro – invalida a ideia de uma competição puramente meritocrática. Ignorar as barreiras que o racismo impõe à trajetória educacional e social da população negra é ignorar as

regras desiguais do próprio jogo. Portanto, as cotas atuam como um mecanismo que busca nivelar o ponto de partida, permitindo que o mérito possa ser aferido em condições mais justas.

2.3 O Debate e o Pioneirismo das Cotas no Brasil

O debate sobre a implementação de cotas no ensino superior brasileiro ganhou força no final da década de 1990 e início dos anos 2000. As primeiras iniciativas partiram de universidades estaduais, com destaque para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que implementaram seus sistemas de reserva de vagas, sinalizando uma mudança de paradigma na gestão do acesso à educação superior.

Nesse contexto, a decisão da Universidade de Brasília (UnB), em 2003, representou um ponto de inflexão. Por ser a primeira universidade federal a adotar um sistema de cotas com recorte exclusivamente racial – reservando 20% das vagas para candidatos negros –, a UnB assumiu uma posição de vanguarda e catalisou o debate em escala nacional. A localização da universidade na capital federal e seu prestígio acadêmico conferiram à sua iniciativa uma visibilidade e um peso político sem precedentes, servindo de inspiração e modelo para dezenas de outras instituições federais que viriam a adotar políticas similares nos anos seguintes.

A trajetória das cotas no Brasil atingiu seu ápice em 2012, um ano decisivo para a consolidação da política. Em abril, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da já citada ADPF 186, declarou por unanimidade a constitucionalidade do sistema de cotas da UnB, pacificando a controvérsia jurídica e oferecendo segurança para a expansão da política. Poucos meses depois, em agosto, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que tornou obrigatória a reserva de vagas em todas as 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia do país (Brasil, 2012). A lei estabeleceu um modelo que combinava critérios sociais (egressos de escolas públicas) e raciais, consolidando em nível nacional um movimento que teve na coragem e no pioneirismo da UnB um de seus mais importantes capítulos.

2.4 Avaliação de Políticas Públicas: Ferramentas para a Gestão

A análise de uma política pública não se encerra em sua implementação. Para a Gestão Pública moderna, a etapa de avaliação é crucial para verificar a eficácia, aprender com o processo e garantir a legitimidade da ação governamental. O ciclo de políticas públicas, modelo analítico difundido por autores como Leonardo Secchi (2013), demonstra que a avaliação não é apenas o fim do processo, mas uma etapa que retroalimenta o ciclo, permitindo que os gestores façam correções de rota e tomem decisões mais bem informadas.

Nesse contexto, a contribuição de Paulo de Martino Jannuzzi (2017) é fundamental. O autor destaca o papel dos indicadores como ferramentas essenciais para o monitoramento e a avaliação. Indicadores, como o percentual de estudantes negros em uma universidade, transformam conceitos abstratos (como "equidade") em dados mensuráveis, permitindo que os gestores meçam o desempenho e o impacto de uma política ao longo do tempo. A utilização de um sistema de indicadores bem estruturado é, portanto, um sinal de maturidade da gestão, que passa a operar com base em evidências, e não apenas na intuição. Como será discutido na análise de resultados, a atuação da gestão da UnB, ao monitorar sistematicamente a evolução do perfil discente, aplicou na prática os princípios de avaliação de políticas públicas, o que foi

determinante para a consolidação e defesa do programa de cotas.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso que, segundo Yin (2005), é uma estratégia de pesquisa que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real. O caso selecionado é o da implantação da política de cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB), analisando especificamente a implementação e o impacto de sua na ampliação do acesso discente. A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa, buscando interpretar e analisar os significados e os processos relacionados ao papel da gestão universitária na promoção da equidade racial.

A coleta de dados foi realizada a partir de duas técnicas principais: a revisão bibliográfica e a análise documental.

A revisão bibliográfica consistiu no levantamento e análise de produções acadêmicas pertinentes ao tema, incluindo artigos científicos, teses, dissertações e livros que abordam os seguintes eixos: 1) Ações Afirmativas e a teoria da equidade; 2) História e impacto das políticas de cotas no Brasil; e 3) Estudos prévios sobre o caso da Universidade de Brasília. A busca foi realizada em bases de dados como *SciELO*, *Google Scholar* e repositórios de universidades públicas, a partir dos seguintes termos e suas combinações: "cotas raciais", "ação afirmativa", "Universidade de Brasília", "UnB", "equidade racial", "acesso ao ensino superior", "gestão universitária" e "políticas públicas".

A análise documental, por sua vez, focou na coleta de fontes primárias e secundárias que permitissem reconstruir o histórico da política e mensurar seu impacto. Foram utilizados os seguintes documentos:

- Documentos Oficiais: A Resolução nº 92/2003 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB, que instituiu o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, e a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 186.
- Dados Institucionais Públicos: Anuários estatísticos e relatórios de gestão da UnB, com foco nos dados sobre o perfil dos estudantes ingressantes, disponibilizados pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO).
- Fontes da Mídia: Reportagens e artigos de jornais e revistas de grande circulação da época (2003-2004) para capturar o contexto do debate público em torno da aprovação da política.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma descritiva e interpretativa. Os dados quantitativos sobre a evolução do número de estudantes negros foram organizados e apresentados em formato de tabela para evidenciar a transformação do perfil discente ao longo do tempo. Os documentos oficiais e a literatura foram analisados para identificar os principais atores, argumentos e estratégias de gestão que caracterizaram o processo de implementação da política de cotas na UnB.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: O IMPACTO DAS COTAS NA UNB

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa, com foco no papel da gestão universitária na implementação e consolidação da política de cotas na UnB. A

análise está estruturada em três momentos. Primeiramente, aborda-se o cenário pré-cotas e a decisão estratégica da gestão em 2003, que deu origem à política. Em seguida, são apresentados e analisados os dados quantitativos que demonstram a profunda transformação no perfil discente da universidade. Por fim, discute-se o papel contínuo da gestão na sustentação e no aprimoramento da política, ilustrando o conceito de boa governança em ação.

4.1. O Cenário Pré-Cotas e a Decisão da Gestão (2003)

A Universidade de Brasília, no início dos anos 2000, espelhava um quadro de profunda desigualdade racial, característico do ensino superior brasileiro da época. Embora fosse uma instituição de excelência acadêmica, seu corpo discente não refletia a diversidade da sociedade. Dados do período imediatamente anterior à política de cotas, referentes a 2003 e 2004, indicam que a presença de estudantes que se autodeclaravam negros (pretos e pardos) era residual, estimada em apenas 2% a 4%. Este número transformava a universidade, na prática, em um espaço de exclusão, um "apartheid educacional" onde a cor da pele era um fator determinante para o acesso. O cenário evidenciava uma crise de representatividade: a universidade pública, mantida por toda a sociedade, era acessível apenas a uma pequena parcela privilegiada dela.

Foi em resposta direta a este diagnóstico que a gestão da UnB, sob a liderança do reitor Lauro Morhy, tomou uma decisão que se provaria histórica. Em vez de aguardar uma diretriz nacional, a administração universitária assumiu o protagonismo, instituindo um Grupo de Trabalho (GT) composto por professores, estudantes e técnicos para estudar e propor uma solução. Esse GT, que contou com a participação ativa de pesquisadores das relações raciais, como José Jorge de Carvalho, produziu um relatório robusto que não apenas quantificava a exclusão, mas também fornecia a fundamentação teórica e jurídica para uma política de ação afirmativa.

A aprovação do "Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial" pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em junho de 2003, deve ser analisada como uma decisão gerencial estratégica e de alta complexidade. A gestão não apenas interpretou corretamente a urgência do problema, mas também teve a capacidade de articular apoio e enfrentar resistências internas significativas, que ecoavam o discurso da meritocracia abstrata e previam, sem evidências, uma suposta queda na qualidade do ensino. Ao aprovar a reserva de 20% das vagas para candidatos negros, a gestão da UnB exerceu sua autonomia universitária de forma plena, tomando uma decisão política e administrativa que não apenas visava corrigir uma falha interna, mas também posicionava a instituição como um agente de transformação social em nível nacional. Foi um ato que demonstrou visão de futuro e um compromisso prático, e não apenas retórico, com o princípio da equidade.

4.2 A Transformação do Perfil Discente: Uma Análise Quantitativa

A eficácia de uma política pública é medida, em última instância, por sua capacidade de gerar os resultados para os quais foi desenhada. No caso das cotas da UnB, a análise quantitativa da evolução do corpo discente não deixa margem para dúvidas sobre o sucesso da intervenção. Os dados, apresentados na Tabela 1 e visualizados no Gráfico 1, funcionam como a evidência empírica do impacto da decisão gerencial tomada em 2003. As informações mais recentes foram,

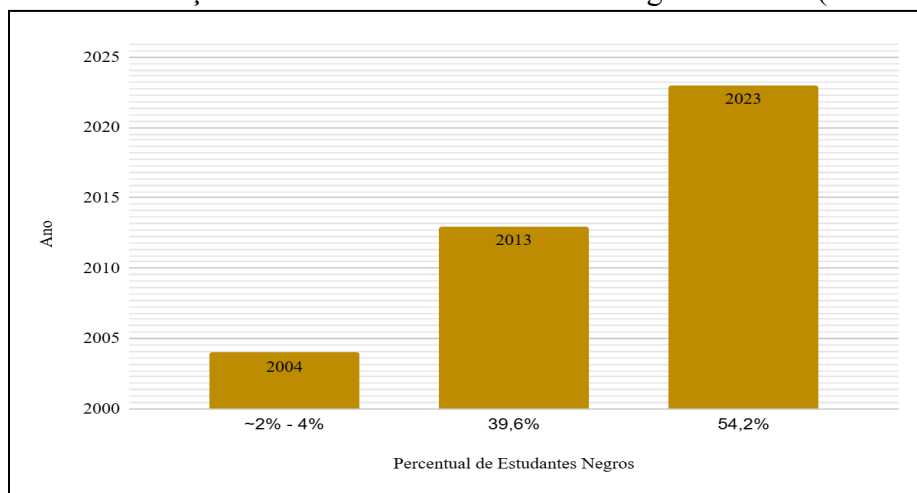
inclusive, consolidadas e celebradas pela própria universidade em sua retrospectiva oficial dos 20 anos da política, publicada pela Agência UnB Notícias (Universidade de Brasília, 2023).

Tabela 1 – Evolução do percentual de estudantes negros (pretos e pardos) na graduação da UnB (2004–2023)

Ano	Percentual de Estudantes Negros	Fonte Primária de Informação
2004	~2% - 4%	Censo da Educação Superior (2004) / Relatórios da própria UnB da época.
2013	39,6%	Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO/UnB).
2023	54,2%	Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO/UnB).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do DPO/UnB e da Agência UnB Notícias (2023)

Gráfico 1 – Evolução do Percentual de Estudantes Negros na UnB (2004-2023)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Tabela 1.

A análise dos dados revela uma transformação de ordem exponencial. O salto de um patamar residual, inferior a 4% em 2004, para quase 40% em apenas uma década (2004-2013) demonstra o impacto imediato e avassalador da política. Este não é um dado que possa ser explicado por mudanças demográficas ou sociais graduais; é o resultado direto de uma ação afirmativa bem executada, que removeu a principal barreira de acesso e permitiu que o mérito de milhares de estudantes negros pudesse, pela primeira vez, ser considerado em condições mais equitativas.

O marco de 2023, quando a UnB registra 54,2% de estudantes negros, representa a consolidação final do projeto e um ponto de virada histórico. Do ponto de vista da Gestão Pública, este dado é o principal indicador de desempenho (KPI) da política, atestando seu sucesso absoluto. Atingir a maioria discente não é apenas o cumprimento de uma meta; é a prova de que a política não foi um mero paliativo, mas uma ferramenta de reconfiguração estrutural. A gestão universitária, ao sustentar a política por duas décadas, conseguiu tornar a UnB uma instituição mais democrática, representativa e, em última análise, mais fiel à sua missão fundadora de ser uma "Universidade Necessária" para o Brasil.

4.3 O Papel Contínuo da Gestão na Consolidação e Legitimidade da Política

Os resultados quantitativos apresentados na seção anterior, embora expressivos, não contam a história completa. O sucesso duradouro e a sustentabilidade da política de cotas na UnB não podem ser atribuídos apenas ao seu ato de criação em 2003. Eles são, na verdade, o produto de uma boa governança e de uma gestão adaptativa contínua, que garantiram a legitimidade e a resiliência do programa ao longo de duas décadas. A administração universitária demonstrou um compromisso ativo, agindo proativamente para proteger, aperfeiçoar e consolidar a política.

Em segundo lugar, a gestão demonstrou capacidade de resposta e aprendizado organizacional ao instituir as bancas de heteroidentificação. Com o sucesso da política, surgiram desafios, notadamente as tentativas de fraude que ameaçavam a integridade e a legitimidade social do programa. Em vez de ignorar o problema, a UnB o enfrentou diretamente, criando um mecanismo de controle social que, embora complexo, era indispensável para assegurar que a reparação histórica atingisse seu público-alvo. Esta medida é um exemplo clássico de gestão adaptativa: a capacidade de uma organização de aprender com seus desafios e evoluir seus processos para proteger a missão central da política.

Por fim, o monitoramento contínuo dos dados pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO) representa a institucionalização da transparência e da gestão baseada em evidências. A produção sistemática de relatórios e anuários, como os que baseiam este artigo, não é um ato meramente burocrático. É uma ferramenta estratégica que permite a avaliação de impacto, a identificação de novos desafios (como a evasão e a necessidade de políticas de permanência) e a prestação de contas à sociedade. Essa cultura de avaliação, que transforma dados em inteligência para a tomada de decisão, é a espinha dorsal de uma gestão pública moderna e eficaz, e foi ela que permitiu que a política de cotas da UnB não apenas sobrevivesse, mas prosperasse.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar a trajetória da política de cotas na Universidade de Brasília, este trabalho buscou demonstrar como uma decisão de gestão pública, pautada pela coragem e pela visão estratégica, pode se tornar uma poderosa ferramenta de transformação social. A análise confirma que a UnB, ao abrir suas portas para a população negra, corrigiu uma falha histórica em seu próprio corpo discente e resgatou a essência de seu projeto fundador. A universidade tornou-se, na prática, a "Universidade Necessária" que seu idealizador, Darcy Ribeiro, sonhou: uma instituição que não se conforma em reproduzir as desigualdades do país, mas que atua ativamente para reinventá-lo.

A experiência da UnB materializa o que intelectuais contemporâneas, como Djamila Ribeiro (2019), defendem como essencial para uma prática antirracista efetiva: a superação do mito da meritocracia e a implementação de políticas que reconheçam e combatam o racismo estrutural. A política de cotas não é um favor, mas uma ação deliberada que cria oportunidades reais, desafiando a lógica que por séculos normalizou a ausência de corpos negros em espaços de poder e conhecimento. O sucesso da UnB em se tornar uma universidade de maioria negra é a prova de que a equidade não é um ideal abstrato, mas um resultado concreto, alcançável através de uma gestão pública comprometida e vigilante.

Essa transformação ressoa com as lições da teórica e feminista bell hooks (2013), para quem a educação deve ser uma "prática da liberdade". Ao transgredir a barreira racial que a

definia, a UnB não apenas democratizou o acesso, mas também enriqueceu a si mesma, permitindo que novas vozes, novas experiências e novas perspectivas entrassem na academia. Uma universidade mais diversa é uma universidade mais inteligente, mais crítica e mais capaz de produzir um conhecimento que sirva a toda a sociedade. A inclusão de estudantes negros não é, portanto, um benefício apenas para eles, mas para a própria instituição, que se torna um espaço de aprendizado mais transgressor e libertador.

Em suma, o caso da Universidade de Brasília transcende um estudo sobre uma política pública isolada. Ele se revela como um exemplo paradigmático de como a gestão pública, quando alinhada a um projeto de nação inclusivo e democrático, pode efetivamente promover a justiça social. A lição que fica é que a construção de um futuro mais justo não é um acaso, mas uma decisão. Uma decisão que, como a UnB demonstrou, exige planejamento, coragem para romper com o status quo e a gestão contínua para proteger e aprimorar as conquistas. O desafio, agora, é garantir que essa lição se multiplique, transformando não apenas as universidades, mas todas as instituições da sociedade brasileira.

Para além das conquistas já celebradas, a continuidade e o aprimoramento da política de cotas na UnB, e em outras instituições, exigem um olhar atento para os desafios futuros. A gestão pública deve focar não apenas no acesso, mas também na permanência qualificada e no sucesso acadêmico e profissional dos estudantes cotistas, garantindo que a transformação iniciada na graduação se estenda à pós-graduação e à inserção no mercado de trabalho. Somente assim o ciclo de equidade estará completo, consolidando o papel da universidade como motor de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Pólen, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 26 abr. 2012.

GARONCE, Luíza; CRUZ, Carolina. Cotas raciais: 17 anos depois, UnB tem quase metade dos alunos negros; professores ainda são minoria. *G1 – Brasília*, Brasília, DF, 16 ago. 2020.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/16/cotas-raciais-17-anos-depois-unb-tem-quase-metade-dos-alunos-negros-professores-ainda-sao-minoria.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2026.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 46–59, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Global Editora, 2019a.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Cotas 20 anos: a história de pioneirismo da UnB. *UnB Notícias*, Brasília, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7061-cotas-20-anos-a-historia-de-pioneirismo-da-unb>. Acesso em: 21 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº 92/2003. Institui o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. Brasília, DF, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.